

A importância da História do Pensamento Econômico e do pluralismo metodológico em economia com base na perspectiva da Escola Austríaca

Eduardo Angeli*

Palavras-chave

Pluralismo crítico, História do Pensamento Econômico, Escola Austríaca, F. A. Hayek, Israel Kirzner.

Classificação JEL

B00, B41, B53.

Keywords

critical pluralism, History of Economic Thought, Austrian School of Economics, F. A. Hayek, Israel Kirzner.

JEL Classification

B00, B41, B53.

Resumo

O artigo procura entender a importância do estudo da História do Pensamento Econômico e da existência do pluralismo de metodologias em Economia. Para isso, levanta dois argumentos associados à Escola Austríaca: a abordagem de Kirzner para a descoberta de oportunidades no processo de mercado como analogia ao que acontece na relação entre teoria econômica e História do Pensamento Econômico, e a defesa da liberdade por Hayek como incentivo à chance de variação e fuga do modo convencional de se fazer ciência econômica. Sob uma perspectiva austríaca, tanto a História do Pensamento Econômico quanto o pluralismo metodológico podem ser mais apreciados pela profissão.

Abstract

The paper aims to analyze the role that history of economic thought and methodological pluralism can play in Economics. In order to achieve such a goal, it presents two arguments related to the Austrian School of Economics: the role played by the entrepreneur in Kirzner's approach to the market process as an analogy to what is seen in the history of economic thought, and Hayek's arguments for liberty as a defense of freedom of research and the existence of methodological pluralism. It is argued that, under the Austrian point of view, history of economic thought and methodological pluralism might be more appreciated by economists.

.....
*Professor do Departamento de
Economia da UFPR

1_Introdução

A História do Pensamento Econômico (HPE) é o campo de conhecimento do economista permanentemente posto em xeque em termos de sua relevância e necessidade (Tolipan, 1989). Sua existência só é aceita pela maioria da profissão na medida em que sirva como relato da trajetória determinada, teleológica, da ciência ao estado atual, tido como conhecimento correto, verdadeiro. O processo de erro e acerto vivenciado pelas gerações anteriores serviria, então, como a história da imperfeição do passado, da trajetória progressista do conhecimento científico, em que cada acerto passa a ser incorporado ao estado atual da ciência.

Foley (2009) observa que os principais teóricos da ciência econômica, quando se aventuram a escrever sobre HPE, acabam por fazer *Whig history*, o tipo de história que, na sua definição, “reads back the presumptions of current scholarship into the old texts” (Foley, 2009, p. 27). O mesmo Foley (2009) atribui a Sraffa a constatação de que, quando a modelagem matemática e estatística detém papel proeminente como ferramentas livres de erros se aplicadas ao entendimento dos fenômenos sociais, a história da ciência acaba por se tornar “submerged and forgotten” (Foley, 2009, p. 28), já que, quando se atinge um conhecimento superior, a história de como se chegou a ele se torna desnecessária.

Semelhantemente, a metodologia da economia costuma ter valor reduzido para a maior parte da profissão. Os argumentos contra tal área do conhecimento do economista variam entre a simples irrelevância e a arrogância e intrusão que marcariam o comportamento de seus praticantes diante do trabalho dos verdadeiros praticantes da ciência econômica (Hoover, 1995). Subjacente a esse julgamento, está a ideia de que o papel que a metodologia atribui a si é o de ditar regras de boa ciência e delimitar o que é científico ou não na disciplina.

Dito isso, o presente texto possui, além desta introdução, duas seções argumentativas, seguidas de uma breve conclusão.

Na seção 2, procuro argumentar que a HPE não deve servir como confirmação da certeza atual detida pela teoria econômica. Ao contrário: ela mostra as batalhas, as dúvidas e a vasta gama de possibilidades de desenvolvimentos teóricos que podem surgir em cada ponto do tempo histórico de nossa profissão. Não se deve contentar em mostrar como esse ou aquele pensador contribuiu para o estado atual do conhecimento, mas sim apontar sua força teórica, os desdobramentos possíveis de suas contribuições e as limitações do arcabouço que erigiu. Dessa forma, o papel e a relevância da HPE na formação de um economista estão longe da mera curiosidade histórica ou da maneira como o processo de tentativa e erro do passado trouxe a ciência econômica a um estado mais próximo da verdade hoje. Nesse sentido, a construção de uma analogia entre uma teoria econômica sobre o funcionamento dos mercados e o que acontece na ciência econômica pode ser útil para a compreensão deste último movimento. Contudo, ao contrário de Stigler (1982), a analogia que proponho na seção 2 tem como base a contribuição de Israel Kirzner para a teoria do processo de mercado.

Na seção 3, busco me posicionar em favor do pluralismo em Economia como uma postura metametodológica que deve prevalecer em nossa área do conhecimento. Para isso, apresento rapidamente o programa do pluralismo crítico, associado principalmente ao trabalho de Bruce Caldwell, e mostro que, com base em um ponto de vista hayekiano, é conveniente que exista espaço para a pluralidade de metodologias de pesquisa na Academia de Economia. A analogia aqui se dá com o liberalismo que Hayek defendeu para a “Grande Sociedade”, tendo em vista tanto o problema do conhecimento quanto sua abordagem evolucionária.

Por fim, na conclusão, sumário os argumentos apresentados ao longo do trabalho.

Antes, contudo, cabe um esclarecimento: penso na Escola Austríaca, a que faço alusão já no título do presente artigo, como a linha de pensamento de Menger, Mises, Hayek, Kirzner e seus seguidores, e concordo com Boettke (1998) quando esse a define valendo-se do tripé (i) individualismo metodológico e subjetivismo, (ii) ênfase nos processos de mudança e no agente que os desencadeia e conduz, e (iii) atenção ao arcabouço institucional que permite a emergência de uma ordem espontânea. É sobre esse tripé que é erigida a especificidade do austrianismo no pensamento econômico, qual seja, a unificação da abordagem tipicamente econômica da agência individual guiada pelo interesse próprio com a abordagem sociológica preocupada com instituições sociais.

2_ Os clássicos do pensamento e a postura do economista diante da teoria convencional

Nesta seção, procuro argumentar que o estudo do pensamento de um grande economista só se justifica na medida em que nele se busquem alternativas ao estado atual da ciência econômica. Os clássicos do pensamento econômico (em sentido amplo) podem contribuir à compreensão das relações entre os homens em certo sistema social, o capitalismo, que, a despeito de suas diversas mutações e características particulares,¹ permanece com traços, digamos, essenciais, que se propagam no tempo e no espaço.

Ainda que questões locais certamente influenciem na constituição dos dramas intelectuais que impulsionam os clássicos a refletirem sobre o mundo que os rodeia, isso não implica que não tenham nada a dizer sobre nosso atual estado econômico. Por isso, a utilização dos autores do passado deve ser feita com conhecimento do contexto em

que estavam inseridos, mas sem que se perca de vista a possibilidade de conectá-los, de modo direto ou indireto, à realidade corrente por meio do aproveitamento crítico de suas construções teóricas e de maneiras de avaliação do sistema capitalista que permitam a interpretação da realidade atual. Segundo Tolipan, a HPE “deve recuperar para *analisar e esquecer*; ela deve liberar o atual dos sintomas do passado. Ela deve ser teórica e orientada pelas dificuldades presentes. Num sentido profundo, *crítica e analítica*” (Tolipan, 2002, p. 149, grifos no original).

Certamente não se pode captar o que há de essencial, justa e plenamente, na obra de um grande autor sem recorrer às questões imediatas (teóricas e concretas) que o impulsionaram a tentar fazer avançar a compreensão do sistema que busca desvendar. Esse tem sido um erro comum no estudo da história das ideias em nossa disciplina, qual seja, a descontextualização completa e o corte cirúrgico de conceitos e ideias que possam servir a certo arcabouço teórico estranho ao qual foi originalmente criado. Exemplo típico desse movimento, aliás citado por Tolipan (1989), é o da incorporação da teoria da renda clássica pela teoria marginalista de produtividade e remuneração dos fatores, sem contudo referir-se ao conceito de excedente ou à divisão de classes que a precediam.

Por outro lado, não se trata de “jogar, da bacia, o bebê junto com a água”. Volto a ressaltar que os clássicos escreveram estimulados por problemas por eles detectados em sua época, mas que isso não seja um impedimento à busca, neles, de inspiração e ferramentas para os problemas enfrentados pela profissão hoje. Smith, imerso em uma Escócia atrasada e que vivenciava uma variante peculiar do iluminismo (Cerqueira, 2006), estava preocupado em criticar os fisiocratas ao mostrar que o crescimento da riqueza das nações estava ligado ao grau de divisão do trabalho e ao tamanho do mercado; Ricardo, preocupado com

o fechamento do comércio de cereal inglês e seu impacto sobre a taxa de acumulação capitalista, vista como motor do progresso, quando criou a teoria das vantagens comparativas e a explicação da origem da renda da terra;² Marx, em entender de que maneira o capital submete de modo cada vez mais intenso o trabalho a seu processo de valorização de si mesmo, sugando trabalho vivo e procurando, ao mesmo tempo, livrar-se desse empecilho, só para se ver unificado a ele nas crises que esse mesmo processo gera; Keynes, em tomar posição em favor do capitalismo como sistema econômico eficiente, em oposição ao planejamento central, ainda que apontasse os problemas trazidos pela valorização exacerbada do indivíduo e do *love of money*.³ Já Hayek escreveu no clima da guerra fria, em que a disputa entre os sistemas econômicos estava em seu momento máximo, e qual seria o vencedor, na disputa cotidiana, parecia realmente incerto ao “homem da rua”. Mais do que isso, escreveu durante o auge do chamado “Estado de bem-estar social” e das políticas estatais de regulação, controle e “domesticação” da dinâmica capitalista. É nesse clima político que Hayek procura mostrar a superioridade do sistema de mercado em relação às suas alternativas.

A contextualização política e teórica dos autores progressos é importante na compreensão do pensamento de determinado autor, mas que nisso não se encerre o trabalho do economista praticante de HPE, tampouco inviabilize o diálogo construtivo teórico entre o presente e o passado. O contexto particular em que cada um dos clássicos da história da profissão escreveu não deve desencorajar a busca, neles, de perguntas, trilhas, pistas e possíveis caminhos que foram deixados abertos ao longo dos desenvolvimentos posteriores. Assim, na procura pela crítica e por caminhos alternativos com base na força teórica de seu pensamento, pode-se encontrar justificativa e motivação para o estudo da contribuição de um autor de porte.

O austrianismo contemporâneo pode ser visto como uma corrente de pensamento que promove a construção da teoria contemporânea como uma espécie de extensão do passado da ciência econômica. Boettke (2002) percebe que os adeptos da Escola Austríaca contemporânea fazem um uso instrumentalista da HPE, usando o passado para construção teórica atual de sua abordagem – e não devem se envergonhar por isso, diz ele, já que esse tipo de leitura vem servindo não só à Economia, mas também às demais Ciências Humanas em seu desenvolvimento. De acordo com ele, o que os austríacos, em geral, fazem quando realizam uma leitura instrumental da HPE não é propriamente história intelectual, que se preocupa muito mais com a contextualização do pensamento de um autor para entender como e o porquê de seus escritos, mas sim um diálogo entre os autores do passado e os teóricos presentes, trazendo os antigos de volta ao debate. Assim, “older ideas, like contemporary ideas, are examined for their logic and how they fit in the refinement of the basic concepts in economic science” (Boettke, 2002, p. 353).

Ludwig von Mises (1960), ao comentar a relevância do livro seminal de Kirzner (2009), afirma que “[e]ssays on the history of economic thought are to be appreciated not only purely as history”.⁴ Antes, penso, só se pode encontrar utilidade neles ao servirem de instrumento de avaliação crítica do estado atual de nosso conhecimento a respeito dos fenômenos econômicos, baseando-se na observação e no estudo das tentativas realizadas no passado para decifrar o funcionamento da economia, tanto na busca por uma melhor maneira de se delimitar e abordar o objeto, quanto em alternativas ao próprio tipo de raciocínio e interpretação que realizamos.

Nessa perspectiva, a linha divisória entre teoria econômica e HPE acaba por se tornar obscura. Não há delimitação clara entre ambos os terrenos. O fazer HPE é da mesma

forma fazer teoria econômica. Se se quiser, é fazer a crítica da teoria econômica. A teorização, assim, surge também “na” e “como” posição crítica à teoria convencional. Como coloca Tolipan a respeito da obra de Sraffa, o sentido da HPE é o “que recusa a função meramente rememorativa e apologética da história do pensamento e a trata como teoria e crítica no sentido forte dos termos” (Tolipan, 2002, p. 148).

De acordo com Boettke (2000), há quatro modos não excludentes de se realizar a leitura dos clássicos. O primeiro é a *Whig history*, nome dado à leitura feita por aqueles vistos como vencedores nos principais debates acadêmicos. O segundo é *contra-Whig history*, a história escrita por aqueles percebidos como derrotados. A terceira é a leitura de *antiquário*, preocupada sobretudo com a reconstituição da intenção do autor ao escrever seus textos e com a sua contextualização. Por fim, a quarta é a *instrumental*,⁵ que se preocupa principalmente com o objetivo do leitor. Boettke (2000) propõe, então, uma matriz com as quatro células que contenham as combinações entre os diferentes modos de se realizar a leitura (*Whig* e antiquário, *Whig* e instrumental, *contra-Whig* e antiquário, *contra-Whig* e instrumental). De acordo com ele, todas essas quatro combinações possuem seu valor histórico, inclusive as de caráter instrumentalista, baseado na argumentação de cunho kirzneriano que apresentamos abaixo.

Na interpretação de Boettke (2002), é inegável que a Escola Austríaca contemporânea realiza uma leitura instrumentalista da HPE, trabalhando na aderência da teoria econômica com os membros progressos da tradição. Os *founding fathers* Menger, Böhm-Bawerk e Mises seriam praticantes de *Whig history*, ao passo que Hayek faria uso instrumental do pensamento progressivo, ao mesmo tempo em que publicou trabalhos tipicamente *Whig* ao tratar de teoria monetária e ciclo econômico (antes, portanto, do que Caldwell, em 1988, chamou de transformação

de Hayek). Contudo, após a sua “transformação” (Caldwell, 1988a) e o alargamento de seus interesses rumo à Filosofia, Ciência Política e outros campos do saber, tomou posição, em geral, *contra-Whig*.⁶ Boettke (2001) argumenta que Hayek fazia uso do pensamento progressivo com o objetivo de avançar na teorização econômica atual: “[H]e used intellectual history primarily for his present theoretical purpose. To Hayek, doing intellectual history was one way in which one did contemporary theorizing” (Boettke, 2001, p. 120).

Boettke (2000) reconhece que a posição favorável a leituras instrumentalistas e oportunistas pode causar estranheza aos puristas da HPE, na medida em que, em geral, só se reconhece como academicamente válida a leitura de antiquário, que procura apenas recompor a intenção original do autor ou destacar uma antecipação esquecida na história do pensamento, o que acaba por tornar de valor reduzido para os estudantes de economia a dedicação à HPE. Um dos principais nomes da Escola Austríaca contemporânea, Boettke conta que, por seu trabalho ser repleto de referências a autores considerados clássicos na Economia, ele pode ser tido, pela convenção da profissão, como um historiador do pensamento ou qualquer coisa do tipo, isto é, tudo, exceto um teórico.

A despeito disso, ele próprio se considera um teórico em Economia e Economia Política. A diferença de opiniões a que Boettke (2000) se refere pode ser atribuída à percepção, pela maior parte da profissão, de que há um processo que Arida (1983) chamou de “superação positiva”: tudo o que havia de relevante nos pensadores econômicos do passado foi incorporado ao estado presente da teoria, está contido na fronteira do conhecimento. Desta forma, o estudo das ideias pode ser feito, mas de modo desconexo da realização da pesquisa teórica na fronteira do conhecimento.

Para Boettke (2000), porém, não se deve desprezar a possibilidade de que a profissão tenha cometido equívocos, que

conhecimento precioso tenha se perdido ao longo do tempo, ou que soframos do que ele chama de “memória insuficiente” – o que faz lembrar a “espessura temporal reduzida” com a qual Arida (1983) qualifica a fronteira do conhecimento na concepção *hard science* que domina a ciência econômica.

A constatação de Boettke (2000) é que, na perspectiva convencional, por ele identificada principalmente ao nome de George Stigler, é possível se fazer uma analogia do “mercado” de ideias com o mercado competitivo eficiente normalmente tratado na teoria econômica, em que não se encontram oportunidades de lucro puro a serem exploradas.

Stigler (1982) se propõe a procurar entender o progresso da ciência econômica com base na compreensão de economia que possui. Os demandantes nesse mercado seriam os que buscam “ideias e métodos” que possam ser aplicadas para o entendimento do universo econômico; esses acabam, em geral, por adquirir ideias já prontas e testadas. Já aqueles engajados na busca de novas ideias são ofertantes, na medida em que oferecem ideias e métodos àqueles que os vão aplicar, e demandantes, por terem que recorrer à ciência econômica contemporânea e pretérita para buscar pistas para os novos caminhos. O problema, então, é saber em quais caminhos procurar, já que é de se supor, diz ele, que a história da ciência econômica, como ademais de todas as ciências, deve estar repleta de equívocos. Subjacente à abordagem de Stigler para a evolução da ciência (econômica), está a noção de que há uma espécie de processo cumulativo no avanço do conhecimento. De fato, ao comentar o caráter pré-científico do mercantilismo, Stigler afirma que uma das características da literatura mercantilista era que “most mercantilists propose their own views without any attempt to utilize or improve upon the work of other mercantilists”, o que acabava por levar a que “there was no cumulative improvement in the doctrines being propounded” (Stigler, 1982, p. 58).

A etapa científica da Economia, ao contrário, seria caracterizada pela existência de uma comunidade que dialoga entre si e constrói sua teorização valendo-se da contribuição dos pares e dos autores da geração anterior: “An essential element of a science is the cumulative growth of knowledge, and that cumulative character could not arise if each generation of economists faced fundamentally new problems calling for entirely new methods of analysis” (Stigler, 1982, p. 61). Nessa comunidade científica, ganha destaque a existência da apresentação de propostas, de debate e de crítica mediante conferências e revistas acadêmicas, por exemplo.

Mais do que isso, Stigler (1982) dá a entender que a existência dessa comunidade científica como que leva a Economia a, ao longo do tempo, descartar as propostas teóricas e metodológicas infrutíferas. Desse modo, a entrada no *mainstream* e a criação de linhas de pesquisa relevantes e progressivas, sugere Stigler (1982), acontecem após as abordagens terem passado pelo crivo da crítica dos pares, de maneira que o domínio da profissão é feito por ideias já testadas e aprovadas. O tempo e a crítica da comunidade científica, então, seriam encarregados de separar e dar prosseguimento às ideias que possam gerar frutos. Diz ele: “[T]he overwhelming majority of these new ideas will prove to be sterile - in fact, quite possibly all the new ideas of a period of years - will prove to be sterile. Only afterward, with the fullness of knowledge that history sometimes provides, can we identify the truly fertile ideas of a period” (Stigler, 1982, p. 63).

Ora, nesse caso, dificilmente haveria ideias corretas e aproveitáveis a serem exploradas nos autores mais antigos que já não tenham sido apropriadas pelos participantes desse “mercado.”⁷ Mais do que isso, dado o alto grau de exigência para os estudantes atingirem a fronteira do conhecimento e para os já treinados não ficarem defasados,

o custo de oportunidade para se dedicar ao estudo do pensamento dos autores pregressos é muito alto.

Na opinião de Boettke (2000), porém, podem sim existir erros cometidos no curso do desenvolvimento da ciência ao longo do tempo, de modo a haver “oportunidades de ganho não exploradas” no mercado de ideias. A analogia utilizada por ele, ainda que de forma implícita, é com a abordagem austríaca do processo de mercado, e, mais especificamente, com o papel que Israel Kirzner (e.g. 1973) dá ao empresário que consegue perceber a existência desses erros e oportunidades.

Kirzner adota uma perspectiva explicitamente misesiana para estudar o processo de mercado rumo ao equilíbrio, em que não existem oportunidades de ganho não exploradas. Nesse processo, papel central é dado ao empresário (*entrepreneur*) que possui um “estado de alerta” (*alertness*) que o leva a notar a existência desses erros e, sobre eles, extrair ganhos extraordinários, num movimento que, ao mesmo tempo, aumenta o grau de coordenação entre os indivíduos e leva o mercado a um estado mais próximo do equilíbrio (que, destaque-se, nunca é alcançado). Nas palavras de Kirzner, “[t]he emphasis was thus on the entrepreneur as the person who alertly (but “passively”) simply noticed the opportunities generated by the earlier errors, which errors were seen as arising from unanticipated independently-caused, changes in underlying market circumstances” (Kirzner, 1999, p. 7).

De um ponto de vista kirzneriano, deve ser enfatizado que as oportunidades de ganho estão lá, presentes, como que à espera de alguém que as perceba e explore. Não são “criadas”; nem tampouco se sabe de sua existência como se existisse uma espécie de “ignorância calculada” e racional. A oportunidade simplesmente não é percebida até que o empresário, dotado do estado de alerta, nota-a e a explora. É a *sheer ignorance*, que Kirzner define como “undeliberate, costless-

ly-removable ignorance which “inefficiently” remains after all known worthwhile, cost-benefit-calculated efforts have been made to remove known ignorance” (Kirzner, 1999, p. 10, n. 21).⁸

Quer me parecer, portanto, que, seguindo Boettke (2000), pode-se falar da existência de uma espécie de oportunidade de ganhos ainda não percebidos e capturados na leitura dos clássicos da Economia. O processo de mercado – no caso, mercado de ideias – de forma alguma garante que erros não sejam cometidos e que todos os ganhos sejam explorados, sob uma perspectiva austríaca. O mercado não é perfeito e competitivo no sentido neoclássico convencional. Assim como Hayek, o economista teórico atual pode se valer do trabalho de “mining the past” (Boettke, 2001, p. 121) para avançar sua pesquisa.

Com isso, de um ponto de vista austríaco e, mais especificamente, kirzneriano, a História do Pensamento Econômico pode ser compreendida como um esforço de se buscar, nos autores pregressos, modos de se corrigir, criticar e aprimorar a teorização econômica contemporânea. Se for entendido que o processo de avanço da ciência econômica não necessariamente conduz à exploração de todas as oportunidades de ganho intelectual no estudo dos clássicos do passado, é possível que o retorno a eles possa levar à descoberta e à utilização de conhecimento válido que havia passado despercebido, como resultado de uma espécie de ignorância involuntária. Cumpriria, assim, ao pesquisador engajado na HPE um papel análogo ao do *entrepreneur* na abordagem de Kirzner ao processo de mercado: descobrir e explorar as oportunidades até então ignoradas que levem à aderência crítica da HPE à teorização econômica atual.

Nas palavras de Ricardo Tolipan, “[a] história do pensamento não deve ser uma mera retrospectão, isto é, um relato que culmina acriticamente no presente. Também não deve ser um relicário, depósito de vestígios sacralizados. Estes são procedimentos da apologia do atual” (Tolipan, 2002, p. 149),

ou seja, os clássicos do pensamento econômico não devem ser tratados, quando convém, como gênios que anteviram e limpam o caminho para a certeza que hoje se possui; mesmo para aqueles que enxergam a HPE como extensão crítica e progressiva da teoria econômica, os clássicos do passado não devem ser tratados como santos inspirados, infalíveis e inerrantes, autores de um cânon sagrado que deve ser estudado à exaustão para que nele se encontre a verdadeira resposta aos questionamentos humanos.

Isso implica que a história do pensamento econômico que não se faça teoricamente estéril traz em seu bojo a noção de que o conhecimento humano é imperfeito, mas capaz de ser aprimorado num processo que não é necessário e nem pode ser dado como certo. Só assim se justifica a existência de paradigmas concorrentes em economia, de escolas heterodoxas, à margem e críticas ao *mainstream*. A leitura dos clássicos do passado serve justamente ao levantamento de questões a favor e contra o paradigma dominante, ao seu método e às respostas e soluções que oferece. A relação entre o estudo da história do pensamento e a existência de abordagens alternativas é direta. Duncan Foley é correto quando afirma que “history of thought can contribute to the intellectual diversity of the economics profession [...]. [A] more diverse profession would be an intellectually stronger profession, and the history of thought, in my view, is one path to reproducing diversity” (Foley, 2009, p. 29).

Na próxima seção, procuro justificar a existência do pluralismo metodológico em Economia com base em uma analogia com o liberalismo apregoado por F. A. Hayek. Talvez o resgate ora tentado do pensamento de Hayek, autor consagrado do passado relativamente recente dessa ciência (da Economia), para tentar aproximá-lo de um tópico relevante e atual da metodologia da Economia, possa servir como exemplo mesmo da possibilidade de ganho inte-

lectual que o retorno a autores pretéritos é capaz de trazer para a tentativa de avanço do debate contemporâneo.

3_Sobre a pluralidade de métodos e abordagens em Economia

Assim como Cavalieri (2009), meu objetivo nesta seção é justificar a existência do pluralismo em Economia. Contudo, ao contrário dele, procuro tal justificativa baseando na abordagem de Hayek à mudança institucional. Pluralismo pode ser entendido como a existência de uma variedade de programas de pesquisas em Economia, bem como de um ambiente institucional na Academia que ofereça algum espaço para posições divergentes do que é considerado conhecimento e método hegemônicos na profissão.⁹

Além disso, minha posição é que o objetivo de estudos na área de metodologia da Economia não deve ser mostrar a possibilidade de se “fazer ciência”, conforme essa é pregada pelo núcleo duro de nossa disciplina, tampouco demarcar critérios de cientificidade ou estabelecer normas para a pesquisa em Economia. Não vejo o método como uma “Meca” da economia positiva, espécie de motor da ciência a empurrá-la em direção a explicações cada vez mais neutras e próximas da verdade objetiva, e baseada em fatos, e não em valores, como Blaug (cf. Prado, 1991, cap. 12), nem como Sociologia da ciência.

A meu juízo, a reflexão metodológica deveria fazer parte da formação de qualquer economista e ser sua preocupação permanente. Ela é uma postura crítica em relação às hipóteses e ao tipo de raciocínio praticado pelo economista seguidor dessa ou daquela vertente de pensamento, na medida em que procura compreender os fundamentos das explicações dadas pelos profissionais e as bases de suas doutrinas.

Isso não implica, obviamente, que todos os economistas deveriam ter a metodologia como área de pesquisa, mas

apenas que ela é útil a todos e deveria fazer parte de seu treinamento como ferramenta relevante. Nas palavras da pós-keynesiana Sheila Dow:

[M]ethodological awareness would be extremely useful for all economists [...]. For Post Keynesian theory like any theory, to develop, not all economists should be concentrating on foundations all the time. But the rationale for acquiring methodological awareness is that it can be drawn from the subconscious to the conscious level when the need arises

(Dow, 1999, p. 17).

Assim como Mises (2006, prefácio) dá a entender que avanços em estudos epistemológicos não acontecem de modo separado do avanço dos campos científicos propriamente ditos, e muito menos por indivíduos que não estejam engajados na pesquisa científica, o mesmo, acredito, pode ser dito com relação à metodologia.¹⁰ Nesse sentido, ela não precisa ser colocada à margem como um campo do saber necessariamente separado das áreas de estudo da ciência econômica substantiva e trabalhado por um círculo restrito e fechado de profissionais, mas integrado às reflexões e às tentativas de avanço do economista.

Além da crítica ao pensamento econômico, especialmente do *mainstream*, Dow (1999) diz que o estudo da metodologia também se mostra profícuo como forma de se estabelecer limites e fronteiras entre as diferentes escolas de pensamento, bem como servir de parâmetro para debates internos a cada uma delas, sendo, assim, importante enquanto criador e norte de novas agendas de pesquisa. Assim, há utilidade e até necessidade de se estabelecerem os limites entre escolas de pensamento e tradições intelectuais como forma de se facilitar tanto o debate acadêmico (e até político) quanto o desenvolvimento intelectual individual,

na medida em que a leitura dos clássicos de certa corrente e o enfrentamento de seus dilemas e limites podem servir como norte à reflexão que se proponha a avançar a ciência econômica, especialmente quando se pretende traçar um caminho crítico à corrente dominante dentro da profissão. Isso, contudo, não pressupõe nenhuma postura acadêmica de erguimento de muros entre as escolas, ou de impossibilidade de diálogo ou de aproveitamento mútuo de conceitos e ideias; ao contrário, na medida em que a metodologia possa servir ao aumento e à facilitação do diálogo entre os economistas adeptos das diferentes escolas de pensamento.¹¹

De acordo com Van Bouwel (2005), pode-se falar de ao menos cinco razões em defesa de uma postura pluralista em Economia. A primeira delas é a motivação ontológica, que se baseia na posição de que o mundo é complexo (ou o que o autor chama de *disunity*) e, portanto, nenhuma teoria sozinha seria capaz de dar conta das várias facetas existentes na realidade social. A segunda, quase complementar à primeira, é assentada nas limitações cognitivas dos investigadores, explicitando a incapacidade intelectual de se lidar plenamente com os diversos ângulos por meio dos quais se podem abordar o objeto de pesquisa social.

A terceira motivação apresentada por Van Bouwel (2005) é a existência de particularidades históricas e geográficas, de modo que uma teoria não seria capaz de explicar todas as manifestações econômicas em todas as eras e em todos os lugares, ainda mais pelo fato de a realidade ser mutável. A quarta é a motivação pragmática, que dá espaço à justificativa de que diferentes abordagens podem ser válidas na medida em que diferentes objetivos e diferentes tipos de perguntas possam existir. Por fim, a quinta motivação é a estratégica, que Van Bouwel (2005) diz existir apenas porque membros de escolas marginalizadas na profissão procuram defender o pluralismo para que possam justificar a própria pesquisa e as opções teórica e metodológica.

Semelhantemente, Fernandez (2011) expõe seis possíveis motivos candidatos à razão de existência da metodologia como área de estudo do economista. São eles: simplesmente para nada, para entreter economistas às vésperas da aposentadoria, como atividade para quem não consegue trabalhar com modelos, como reguladora e guardiã do que é ciência em Economia (ou seja, com um papel prescritivo), como mecanismo de estudo e reflexão sobre as práticas dos profissionais de Economia (um caráter descritivo) ou como defensora do pluralismo.¹² As três primeiras, continua Fernandez (2011), desprezam a validade da metodologia, ao passo que as três últimas atribuem a ela papel relevante, de modo que são as usualmente adotadas pelos metodólogos.¹³ Interessante também é a observação feita pelo autor de que adotar uma postura pluralista não significa ser contraditório no nível individual. Ou seja, o economista que se filia claramente a uma escola de pensamento e defende suas posições teóricas, metodológicas e sua doutrina pode, sim, se posicionar favoravelmente à existência e valor de outras correntes com base no reconhecimento dos limites cognitivos seus e de seus pares diante de uma realidade complexa e passível de mudança.

Um dos principais nomes associados ao pluralismo em Economia é o de Bruce Caldwell. Sua postura pluralista, argumenta (Caldwell, 1988b), é resultado de uma reflexão que o levou a descartar outros possíveis papéis para a metodologia, entre os quais o de propor uma maneira inequívoca de se fazer ciência econômica, de escolher entre paradigmas diferentes e de demarcar o que é e o que não é científico em Economia. Segundo ele, o papel da metodologia deve ser buscado tendo por base uma perspectiva pluralista, para a qual “the primary purpose of methodological work in economics is to enhance our *understanding* of what economic science is all about and, with luck, by so doing, to *improve* it” (Caldwell, 1988b, p. 234, grifos no original). Para cumprir esse

objetivo, o trabalho do estudioso da metodologia da Economia é “undertakes *critical evaluations of the strengths and limitations of various research programs in economics and economic methodology*” (Caldwell, 1988b, p. 234, grifo no original), o que pode ser enriquecido por estudos sobre a trajetória do movimento das ideias ao longo do tempo, a contextualização do surgimento e do avanço dos programas de pesquisa e, claro, da retórica aplicada à Economia.

Para cumprir seu propósito, a ferramenta fundamental do pluralista é a crítica dos programas de pesquisa e das novidades que emergem continuamente no pensamento econômico. Nesse sentido, a metodologia tal como proposta por Caldwell (e.g. 1988b) é o oposto da visão dominante segundo a qual o papel da metodologia é como que propor fórmulas para se fazer ciência econômica e, portanto, pode ser chamada de uma posição *metametodológica*. Em seu artigo originado em 1985 (Caldwell, 1988b), Caldwell chama essa posição de “pluralismo metodológico”, mas, pouco depois, em 1990, afirma que a posição que defende é “probably better dubbed critical pluralism” (Caldwell, 1990, p. 65).

A crítica que caracteriza a posição do pluralista tem o objetivo de compreender o programa de pesquisa e apontar suas fraquezas, com a intenção de se buscar o avanço do conhecimento econômico. Ela pode assumir diversos aspectos, passando pela crítica interna, dizendo respeito à coerência e ao rigor lógico de determinado projeto de pesquisa, até a sua capacidade de explicar a realidade e a sua possibilidade de sustentação empírica, passando por outros como contribuição para o ensino de economia, possibilidades de analogia com outras áreas do conhecimento e simplicidade. Em suas palavras, o propósito do pluralista

[I]s not to demarcate, nor to find the ‘best’ theory by comparing rival theories against a set of immutable standards, but to find the strengths

and weaknesses of whatever program they are investigating. If they do their job well, we will have a better understanding of what economic science is, and with luck that will lead to its improvement (Caldwell, 1988b, p. 240).

A despeito de o pluralismo crítico ser fruto de certa decepção com a possibilidade de se usar a metodologia para o estabelecimento de receitas científicas para a Economia ou a demarcação entre o que é e o que não é científico de forma inquestionável, ele não implica a descrença na existência de uma realidade compreensível ou a desistência da busca da “verdade”. Cavalieri escreve sobre Caldwell que

[O] pluralismo crítico não pretende ser uma filosofia da ciência. O pluralismo crítico é, antes de tudo, uma posição de economista. E, embora Caldwell note, num texto mais recente, sua simpatia pela visão realista quanto à ontologia do ser social [...] – significando que o autor concorda com a ideia de uma verdade una, e que o objetivo da ciência é perseguir a clarificação dessa verdade – essa posição não traz grandes consequências para sua sugestão, pois o núcleo duro de sua tese encontra-se no nível metametodológico (Cavalieri, 2009, p. 170).

Talvez por isso Caldwell admita possuir postura crítica em relação à agenda de pesquisa de autores como McCloskey, envolvendo o estudo da retórica na Economia e a solução de controvérsias entre os participantes da profissão. Em suas palavras, “the opposition to it from methodologists like me was inevitable, given the anti-epistemological foundations which were chosen for its grounding” (Caldwell, 1990, p. 70).

O professor Peter Boettke se pergunta, a certa altura, se não existe uma espécie de processo evolucionário nas

ciências, de modo a se selecionar as explicações que mais se aproximem, de forma progressiva, do conhecimento verdadeiro, o que tornaria inexistente uma função para escolas alternativas à corrente dominante, como a Escola Austríaca. A resposta que ele oferece é que o critério de popularidade acadêmica não deve ser visto como uma demarcação entre o que é verdadeiro ou falso ou de qual o melhor sentido para que se alcance o progresso da ciência, tampouco que se devem efetuar julgamentos com base em uma “counting-heads theory of truth” (Boettke, 1998, p. 1), até porque a história mostra que paradigmas impopulares em certo momento podem, no momento seguinte, tornarem-se dominantes – e isso não só nas *soft sciences*.

Na realidade, o que se vê na ciência econômica é o que Foley (2009) chama de tendência à “reciclagem de ideias” que aparecem sob o disfarce de novas abordagens, tendência essa por ele exemplificada mediante a referência à reintrodução de conceitos como progresso técnico endógeno e efeito transbordamento na chamada “nova teoria do crescimento”.

Na visão de Boettke (1998), as correntes alternativas exercem a dupla função de lidarem com temas marginalizados pelo *mainstream* e de oferecerem modelos diferentes de se abordar os problemas já tratados pela maioria dos economistas. Assim, a função de economistas identificados, por exemplo, com a Escola Austríaca, é tanto a de perguntar questões antes não perguntadas quanto a de responder de maneira criativa às questões ainda sem resposta satisfatória, o que deve passar também por trabalhos em que os economistas saiam com “*dirtier hands*” ao invés de apenas assumirem uma postura crítica sobre como os outros analisam a realidade.¹⁴

A meu ver, a razão, digamos, evolucionária quando aplicada ao estudo do movimento da ciência, em particular a econômica, aponta justamente a conveniência e a necessidade de se admitir a existência de paradigmas concorrentes

ao *mainstream*, e não o contrário. Dessa forma, a defesa do liberalismo político – que pode, em certo sentido, ser pensado como um tipo de pluralismo, já que “[n]a política, pluralismo tem sido sinônimo de liberdade de expressão, direito de discordar da opinião dominante, respeito à divergência, em suma” (Bianchi, 1992, p. 139) – pode levar a uma posição liberal/pluralista na Academia, em que sejam valorizados os “méritos de uma sociedade dinâmica e diversificada” (Bianchi, 1992, p. 139). Fernandez (2011) também vê um paralelo entre o pluralismo no campo da ciência e a sociedade democrática, com aquele sendo a postura científica compatível com esta última.

Segundo a abordagem hayekiana, o desencadeamento do processo de mudança do arcabouço institucional parte do indivíduo quando esse busca se adaptar melhor a seu ambiente. Caso obtenha sucesso (aplicando uma tecnologia, por exemplo, que lhe permita obter maior lucro), será imitado por outros de seu grupo. A mudança parte do indivíduo “inovador” que em geral vislumbra uma melhor maneira de agir e tem a ousadia de levá-la adiante. Depois, tendo sucesso, é imitado (Birner & Ege, 1999, p. 766).

De acordo com Ebner (2005), a abordagem de Hayek à evolução institucional ocorre em três momentos: variação, transmissão e seleção.¹⁵ Por variação, entende-se a mudança, nem sempre explícita ou deliberada (vale dizer, comumente aleatória), de hábitos, rotinas e tecnologia por parte de indivíduos que buscam atingir determinados objetivos em um mundo permeado pela incerteza e num ambiente concorrencial. Tal mudança pressupõe a existência de uma plataforma institucional ou jurídica de caráter negativo, ou seja, que permita à ação humana ser livre dentro de certos limites, ao invés de definir precisamente os passos exatos que a ação terá, além de apresentar alguma tolerância para aqueles que quebrem o sistema de regras. Birner e Ege (1999) notam que, para Hayek, a ordem de mercado (“ca-

talaxia”) é essa plataforma na qual os indivíduos podem buscar os próprios interesses e divergir do comportamento esperado. Deve ser entendido também que é no sistema de mercado que a cooperação anônima e inconsciente de um sem-número de pessoas é possível de acontecer.

Segundo Arnold (1980), o arcabouço teórico hayekiano para a existência da “Sociedade Aberta” está assentado sobre três fundamentos: o primeiro é a liberdade, o segundo é a existência de regras gerais e o terceiro é um ambiente concorrencial (entendido como livre entrada e saída), tudo isso envolvido por determinado código moral. Para Arnold (1980), Hayek coloca como fundamento primeiro da “Sociedade Aberta” a liberdade, na medida em que é ela que permite ao indivíduo fazer uso do conhecimento que possui para o próprio benefício, o que pode trazer o progresso de todos, se tivermos em mente uma explicação de tipo “mão invisível”. A existência de liberdade, contudo, está condicionada à adoção de regras gerais, nome dado ao conjunto de regras que caracterizam e regem uma sociedade e que são anônimas, no sentido de não serem dirigidas a pessoas específicas, e sem um propósito específico e predefinido.

Para Hayek, a abordagem evolucionária apoia a ordem social livre, entre outros motivos, justamente por ser nessa que os indivíduos podem desfrutar da liberdade de adaptação às mudanças do ambiente em que estejam inseridos, das condições locais de produção, das preferências e, especialmente, do conhecimento. Analogamente, talvez seja correto pensarmos que, na Academia, a liberdade de se poder adotar diferentes programas de pesquisa e diferentes perspectivas de trabalho funcionaria como mecanismo preventivo contra uma possível tomada de posição unânime ao redor de uma postura metodológica ou, pior, de propostas de políticas públicas que sejam equivocadas.

Liberdade, para Hayek, é “that condition of men in which coercion of some by others is reduced as much as

is possible in society” (Hayek, 1960, p. 11). Para o austríaco, o conceito relevante de liberdade é social (de um homem para com outro) e se refere à liberdade da coerção e do arbítrio exercidos por uma pessoa sobre outra pessoa. De acordo com ele, o valor da liberdade está precisamente em dar capacidade às pessoas agirem conforme os próprios planos (e não, sob coerção, a atender fins alheios)¹⁶. Mais do que isso, a defesa da liberdade por Hayek se assenta na existência, no construto teórico do austríaco, de ignorância por parte das pessoas.¹⁷ A sociedade livre, portanto, deve ser decorrência de ela ser formada por indivíduos que não possuem conhecimento perfeito e que não têm certeza sobre o que o futuro trará. Se houvesse homens oniscientes, diz Hayek (1960, cap. 2), o argumento pela liberdade seria bastante enfraquecido. Mas, já que o conhecimento é limitado e passível de mudança, é conveniente que se permita às pessoas fazer uso do conhecimento local e particular que está disperso na sociedade, e que não pode ser coletado e processado por uma pessoa ou por um comitê central, bem como que os indivíduos possam realizar experimentos e mudanças para, por meio de um processo de tentativa e erro, poderem se adaptar às circunstâncias sempre variáveis do ambiente. De fato, Hayek afirma que mais importante do que garantir a existência de instituições que possam elevar o grau de previsibilidade por parte das pessoas é dar a chance de elas poderem aprender e usar esse conhecimento.

A liberdade, para Hayek, é relevante na medida em que permita o comportamento distinto do senso comum existente e representado na opinião da maioria, ainda que, no construto hayekiano, as instituições e as regras sejam espécies de depósitos de conhecimento social acumulado ao longo de gerações através de um processo evolucionário. Elas são necessárias, muitas vezes acompanhadas de algum tipo de *enforcement*, para que a ordem espontânea não seja esfacelada.

De qualquer modo, mais importante do que a liberdade que certo indivíduo desfruta, é a existência de um ambiente institucional (em sentido amplo) que dê a possibilidade às pessoas de tentarem fugir do que é considerado usual ou consensual, de maneira que uma pessoa possa se beneficiar não só do conhecimento alheio, mas mais ainda da liberdade de outrem. Segundo o austríaco,

[M]ajority action is, of necessity, confined to the already tried and ascertained, to issues on which agreement has already been reached in that process of discussion that must be preceded by different experiences and actions on the part of different individuals. The benefits I derive from freedom are thus largely the result of the uses of freedom by others, and mostly of those uses (Hayek, 1960, p. 31-32).

A liberdade de que fala Hayek (1960, cap. 2), assim, não é liberdade apenas da coerção e do arbítrio alheios, mas também liberdade para poder fugir do comportamento e do pensamento convencionais, bem como para se utilizar conhecimento exclusivo ao próprio benefício, tudo isso envolvido num processo de tentativa e erro em que prevalece uma espécie de disciplina competitiva de mercado. Dessa forma, é possível à sociedade preservar a liberdade (o que por si só, para Hayek, tem valor), aumentar o grau de utilização do conhecimento existente e o grau de coordenação entre os indivíduos, além de se valer da possível eficiência advinda do processo evolucionário de regras e instituições.

Da mesma forma, é meu argumento que, na pesquisa econômica, deve ser adotada postura pluralista no sentido de se incentivar a multiplicidade de formas de abordagens, enfoques e perspectivas ao se tratar do objeto de estudo do economista (cuja definição e delimitação também são fontes de enorme controvérsia). Se tivermos a contribui-

ção de Hayek em mente, podemos pensar que, se tomar tal posição pluralista, a profissão pode se beneficiar de diversas maneiras, tais como:

- 1_ do conhecimento disperso existente entre os praticantes da disciplina, conhecimento referente não só às peculiaridades da economia de certo país ou região, mas também, por exemplo, de determinada cadeia produtiva ou setor da economia, bem como de uma ou outra escola de pensamento ou posição metodológica;
- 2_ do processo evolucionário que poderá atuar no sentido de favorecer aqueles que vierem a oferecer soluções criativas e diversas do usual e que, ao levantarem proposições convincentes, poderão ser seguidos. Nesse sentido, a crença na existência de uma espécie de processo evolucionário na ciência econômica é um forte argumento em favor da pluralidade de abordagens, e não o contrário, como se a existência de um paradigma absolutamente dominante fosse prova de que a evolução já cuidou de eliminar os que se mostraram menos eficientes.¹⁸

Subjacente a essa distinção está a noção de um **processo** evolucionário, ao invés de uma visão estática, como se a evolução tivesse já alcançado seu termo.

Caldwell (1994, cap. 13) mesmo enxerga como uma das tarefas dos metodólogos do período pós-positivista a atuação na construção de um ambiente acadêmico em que “both novelty and criticism can operate freely” (Caldwell, 1994, p. 245) dentro da Economia.

4 Considerações finais

O artigo procurou argumentar que o estudo da História do Pensamento Econômico e que a existência do pluralis-

mo de metodologias na Academia são importantes fatores no aumento do grau de compreensão, por parte dos economistas, do objeto que se propõem a estudar. Para isso, levantou dois argumentos associados à Escola Austríaca: a abordagem de Kirzner para a descoberta de oportunidades no processo de mercado como analogia ao que acontece na Economia, e a defesa da liberdade por Hayek como incentivo à chance de variação e fuga do modo convencional de se fazer ciência econômica.

De acordo com Foley (2009, p. 29), “neglect of its own history carries much more intellectual peril for a social science like economics” em relação a ciências capazes de realizar testes controlados e repetidos em laboratório, como a Física (ainda que a relação entre certeza científica e testes que corroborem a teoria não seja direta e precisa, alerta ele). A existência de liberdade acadêmica e de um ambiente científico aberto a abordagens alternativas parece-me pode ser vista como uma espécie de prevenção a que ocorra algo parecido com um processo de *lock-in* com um paradigma ineficiente ou, no caso, incorreto, no sentido de não permitir aproximações permanentes do entendimento da realidade concreta. Como diz Foley, o desprezo pela HPE é perigoso, e esse “intellectual danger is that the consensus formed at any moment by the sociology of a discipline may be one-sided or just plain wrong” (Foley, 2009, p. 29).

Notas

¹ O professor José Carlos Braga (1996) observa que economistas políticos do porte de Marx (livre concorrência/monopolização) e Schumpeter (capitalismo disperso e competitivo/capitalismo trustificado), entre outros, enxergaram a necessidade de se partir para a periodização do

capitalismo como maneira de se analisar e compreender seu arranjo e sua dinâmica. Isso, claro, não significa adesão a uma visão etapista ou de trajetória predeterminada e necessária das economias e das formas de organização social. Em suas palavras, “[é] preciso assumir que

o objeto da Economia não é um campo ‘autocontido’. Está aberto à história, tem determinações teóricas, mas não se ajusta a determinismos, mecanismos automáticos e formalismos lógicos” (Braga, 1996, p. 121).

² Schumpeter (2006), em sua obra de enorme fôlego e erudição sobre HPE, fala do “vício ricardiano”, que ele define como o hábito de se estabelecer relações entre agregados macroeconômicos tomando como dadas certas variáveis, e erigir, a partir dessa base frágil, um enorme edifício de proposições de política econômica que já eram, por assim dizer, buscadas e desejadas *ex-ante* pelo teórico. A questão é que, além de serem fruto de uma pressa para a proposição de diagnósticos e soluções para o mundo concreto, e da atribuição de relações espúrias de causa e efeito, elas, se examinadas, revelar-se-ão tautológicas, já que, pelo que é tomado como dado e pelo que é tido como variável, o resultado é certo. Assim, diz ele, Ricardo mostrou que os lucros dependem do preço do trigo, de forma irrefutável, porque os lucros “could not possibly depend upon anything else, since everything else is ‘given,’ that is, frozen” (Schumpeter, 2006, p. 448). Segundo ele, ao menos nessa questão de método, Keynes está ao lado de Ricardo, não de Malthus.

³ De acordo com Fonseca (2010), “sua [de Keynes] crítica ao liberalismo não se estende

ao capitalismo como sistema econômico” (Fonseca, 2010, p. 432).

⁴ Boettke (2002), no entanto, ressalta que a obra de Mises, em geral, parece dar suporte à visão convencional no trato do pensamento econômico progressivo. Já Hayek, ainda segundo Boettke (2002), em seus cursos na London School of Economics, procurava utilizar os autores progressos da disciplina de forma integrada à teoria econômica contemporânea.

⁵ Em texto publicado posteriormente, Boettke (2001) substituiu o termo *instrumental* por *opportunistic*.

⁶ “Hayek is best appreciated as an opportunistic reader of the history of political, philosophical, and economic thought, and one who waffles between a Whig and contra-Whig perspective in his readings” (Boettke, 2001, p. 126).

⁷ Stigler (1982) não descarta a possibilidade de, nesse processo de seleção e entrada no *mainstream* da profissão, autores importantes que dariam contribuições relevantes ficarem excluídos. Um caso citado por ele é o de Augustin Cournot. Do ponto de vista de Stigler, essa é uma evidência de que a ciência não dá “saltos”, mas é um processo contínuo e progressivo.

⁸ Nisso pode ser encontrada uma distinção fundamental em relação à abordagem neoclássica da chamada “economia da informação”. Barbieri (2006) explicita a distinção entre

economia da informação e economia do conhecimento, associada ao nome de outro austríaco, Hayek.

⁹ Cavalieri, por sua vez, fala de pluralismo como uma justificativa para “a existência legítima de um conjunto de discursos diferenciados, em termos razoavelmente não complementares, dentro de um universo de objeto científico comum” (Cavalieri, 2009, p. 168). Fernandez (2011) observa que usualmente o pluralismo é a postura adotada por metodólogos heterodoxos.

¹⁰ Caldwell parece não concordar com isso. Na perspectiva dele, o trabalho do estudioso da metodologia da economia se constitui na crítica dos programas de pesquisa e, de certa maneira, ele como que está acima desses programas, e não participando de seu avanço e batalhas. Em suas palavras, “studying methodology is not the same thing as studying economics [...]. One does not study theology or the sociology of religion to become more religious. One does it to understand religious phenomena better” (Caldwell, 1990, p. 65-66). Leijonhufvud e Bob Coats parecem concordar com essa separação entre o metodólogo e a comunidade dos economistas (cf. Fernandez, 2011).

¹¹ Em entrevista disponível em <http://youtu.be/onNYh6Ewj4>, Peter Boettke fala da metodologia

como um meio para início de conversa entre economistas, e não instrumento para barrá-las.

¹² Fernandez não fala precisamente de pluralismo metodológico, mas sim de pluralismo epistemológico, que assevera a impossibilidade de se estabelecerem critérios definitivos para a escolha entre diferentes metodologias, o que conduz à defesa da existência de múltiplas metodologias e do pluralismo como atitude metodológica.

¹³ Em particular, segundo Fernandez (2011), metodólogos heterodoxos tendem a ser prescritivos, já que são heterodoxos precisamente por se colocarem em oposição a outra categoria, o que requer em alguma medida uma postura de levantar e publicar questões problemáticas de um corrente em confronto com alguma ideia de como se deveria abordar determinado problema econômico.

¹⁴ Em conversa pessoal, o professor Boettke relatou que seus estudantes devem escrever teses que procurem aplicar os conceitos misesianos, hayekianos ou mengerianos a casos concretos – modelo que ele aprendeu de seu orientador na Universidade George Mason, Don Lavoie, e ao qual procura dar continuidade. Ao mesmo tempo, propõe o desafio de que escrevam artigos austríacos, bebendo abundantemente em

autores como Mises e Hayek, mas sem citar os nomes. O caso mais bem-sucedido desse esforço do professor Boettke talvez seja o de Peter Leeson e seu projeto de pesquisa sobre auto-organização e anarquismo entre os piratas (e.g. Leeson, 2007).

¹⁵ Hayek fala que “[e]conomics has from its origins been concerned with how an extended order of human interaction comes into existence through a *process of variation, winnowing and sifting* far surpassing our vision or our capacity to design” (Hayek, 1988, p. 14, grifo meu).

¹⁶ “Coercion is evil precisely because it thus eliminates an individual as a thinking and valuing person and makes him a bare tool in the achievement of the ends of another” (Hayek, 1960, p. 21).

¹⁷ “[T]he case for individual freedom rests chiefly on the recognition of the inevitable ignorance of all of us concerning a great many of the factors on which the achievement of our ends and welfare depends” (Hayek, 1960, p. 29).

¹⁸ Fernandez (2011) usa uma analogia biológica evolucionária para defender o pluralismo em economia. Segundo ele, pode-se enxergar a existência de diferentes escolas como se fossem concorrentes, mas cada uma possui um diferente nicho ecológico, de maneira que não há uma escola que prevaleça,

seja mais adaptada, em todos os ecossistemas, que, nesse caso, podem ser comparados aos diferentes problemas e áreas do saber do economista.

Referências bibliográficas

- ARIDA, P. A história do pensamento econômico como teoria e retórica. Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, *Texto para discussão* n.º 54, 1983.
- ARNOLD, R. A. Hayek and Institutional Evolution. *The Journal of Libertarian Studies*, v. 4, n. 4, p. 341-352, 1980.
- BARBIERI, F. Filosofia da ciência como ferramenta microeconômica. *Nova Economia*, v. 16, n. 3, p. 507-534, 2006.
- BIANCHI, A. M. Muitos métodos é o método: A respeito do pluralismo. *Revista de Economia Política*, v. 12, n. 2, p. 135-142, 1992.
- BIRNER, J.; EGE, R. Two views on social stability: An unsettled question. *American Journal of Economics And Sociology*, v. 58, n. 4, p. 749-780, 1999.
- BOETTKE, P. J. Is there an intellectual market niche for Austrian Economics? *Review of Austrian Economics*, v. 11, n. 1-2, p. 1-4, 1998.
- BOETTKE, P. J. Why read the classics in Economics? Library of Economics and Liberty (Online), 24 de julho de 2000. Disponível em: <<http://www.econlib.org/library/Features/feature2.html>>. Acesso em: 27 jul. 2011.
- BOETTKE, P. J. F. A. Hayek as an intellectual historian of economics. In: MEDEMA, S. G.; SAMUELS, W. J. (Orgs.). *Historians of economics and economic thought: The construction of disciplinary memory*. London, Routledge, 2001.
- BOETTKE, P. J. The use and abuse of the History of Economic thought within the Austrian School of Economics. *History of Political Economy*, 34 (Supp. 1), p. 337-360, 2002.
- BRAGA, J. C. S. Economia Política da Dinâmica Capitalista (Observações para uma proposta de Organização Teórica). *Estudos Econômicos*, 26(especial), p. 83-133, 1996.
- CALDWELL, B. J. Hayek's transformation. *History of Political Economy*, v. 20, n. 4, p. 513-541, (1988a).
- CALDWELL, B. J. The case for pluralism. In: DE MARCHI, N. (Org.) (1988). *The popperian legacy in economics: Papers presented at a Symposium in Amsterdam*, December 1985. Cambridge, Cambridge University Press, (1988b).
- CALDWELL, B. J. Does methodology matter? How should it be practiced? *Finnish Economic Papers*, v. 3, n. 1, p. 64-71, 1990.
- CALDWELL, B. J. *Beyond Positivism: Economic Methodology in the twentieth century*. London, Routledge, 1994.
- CAVALIERI, M. A. R. Sobre os porquês do pluralismo em Economia: Aproximações de uma alternativa historicista. *Pesquisa & Debate*, v. 20, n. 1, p. 165-187, 2009.
- CERQUEIRA, H. E. A. G. Adam Smith e seu contexto: O Iluminismo escocês. *Economia e Sociedade*, v. 15, n. 1, p. 1-28, 2006.
- DOW, S. C. Post Keynesian and critical realism: What is the connection? *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 22, n. 1, p. 15-33, 1999.
- EBNER, A. Hayek on entrepreneurship: Competition, market process and cultural evolution. In: BACKHAUS, J. G. (Org.). *Entrepreneurship, money and coordination: Hayek's Theory of Cultural Evolution*. Cheltenham, Edward Elgar, 2005.
- FERNANDEZ, R. V. G. A metodologia com argumento para uma economia pluralista. ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 16., 2011. *Anais...* Uberlândia, 2011.
- FOLEY, D. The History of Economic Thought and the Political Economic Education of Duncan Foley. *Journal of the History of Economic Thought*, v. 31, n. 1, p. 21-31, 2009.
- FONSECA, P. C. D. Keynes: O liberalismo econômico como mito. *Economia e Sociedade*, v. 19, n. 3, p. 425-447, 2010.
- HAYEK, F. A. *The Constitution of Liberty*. Chicago, The University of Chicago Press, 1960.
- HAYEK, F. A. *The fatal conceit: The errors of Socialism*. Chicago, The University of Chicago Press, 1988.
- HOOVER, K. D. Review: Why does methodology matter for economics? *The Economic Journal*, v. 105, n. 430, p. 715-734, 1995.

KIRZNER, I. M. *Competition and entrepreneurship*. Chicago, University of Chicago Press, 1973.

KIRZNER, I. M. Creativity and/or alertness: A reconsideration of the Schumpeterian entrepreneur. *Review of Austrian Economics*, v. 11, n. 1-2, p. 5-17, 1999.

KIRZNER, I. M. *The economic point of view: An essay in the History of Economic Thought*. Indianapolis, Liberty Fund., 2009.

LEESON, P. An-arrgh-chy: The law and economics of pirate organization. *Journal of Political Economy*, v. 115, n. 6, p. 1049-1094, 2007.

MISES, L. (1960). Foreword. In: KIRZNER, I. M. (2009).

MISES, L. *The Ultimate Foundation of Economic Science*. Indianapolis, Liberty Fund., 2006.

PRADO, E. F. S. *Economia como ciência*. São Paulo, IPE-USP, 1991.

SCHUMPETER, J. A., *History of Economic Analysis*. London, Routledge, 2006.

STIGLER, G. J. The process and progress of economics. In: MÁLER, K. (Org.). Nobel Lectures, Economics 1981-1990. Singapore, World Scientific Publishing Co., 1982. Disponível em: <http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/economics/laureates/1982/stigler-lecture.pdf>. Acesso em: 22/06/2014.

TOLIPAN, R. (1989). A noção de História do Pensamento Econômico. In: AMADEO, E. (Org.). *Ensaio sobre economia política moderna: Teoria e história do pensamento econômico*. São Paulo, Marco Zero, 1989.

TOLIPAN, R. Anotações sobre a História do Pensamento Econômico. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 6, n. 1, p. 147-165, 2002.

VAN BOUWEL, J. Towards a framework for pluralism in economics. *Post-Austistic Economics Review*, 30, 2005. Disponível em: <<http://www.paecon.net/PAERreview/issue30/VanBouwel30.htm>>. Acesso em: 22/06/2014.

Agradeço a David Dequech, bem como ao apoio financeiro da Capes e do CNPq. Erros e omissões são de minha responsabilidade.

E-mail de contato dos autores:
angeli@ufpr.br

Artigo recebido em outubro de 2011 e
aprovado em março de 2012